

DA HISTÓRIA CONTADA AO CAMINHO ESQUECIDO

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

SOUSA, Melissa de Araujo

Mestra; Universidade Federal de Goiás
melissadearaujo23@gmail.com

RIBEIRO, Ana Amélia de Paula Moura

Doutora; Universidade Federal de Goiás
ana.amelia@ufg.br

CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira

Doutora; Universidade Federal de Goiás
eline.caixeta@ufg.br

RESUMO

Este trabalho expõe os caminhos investigativos da pesquisa de mestrado como sinal aberto para novos aprofundamentos. A Rua 13 de Junho, como tema abordado, é o traço de uma parte muito simbólica do Centro Antigo de Cuiabá, cujo interesse surgiu pelo descompasso entre o trajeto percorrido hoje e o que foi possível apreender do que conta a história oficial. Dos vários nomes que teve – Bela do Juiz, Caminho do Porto, Cruz das Almas – o lugar enuncia uma patrimonialização conflitante que o coloca como palco de três setores de entorno ao tombamento, simultaneamente aos hiatos de uma banalização iminente. Como produto de intenções históricas, os apagamentos materiais e afetivos são instigados pelo levantamento das demolições/construções no intervalo de vinte anos associado aos acervos fotográficos mais antigos. Para além desse recorte, a leitura se completa pela avaliação da dimensão simbólica a partir de dominantes capazes de moldar a qualidade ambiental da área. Imagina-se que tais provocações possam indicar o caminhar histórico da rua, não só do que foi um dia, como também do que desperta hoje para futuras (re)descobertas.

Palavras-chave: centro histórico de Cuiabá; setores de entorno e o Setor 13 de Junho; Rua 13 de Junho; preservação patrimonial.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This work presents the investigative paths of the master's research as an open sign for further exploration. Rua 13 de Junho, as the subject addressed, is a trace of a highly symbolic part of Cuiabá's Old Center, whose interest arose from the discrepancy between the route taken today and what was possible to glean from official history. Of the various names it has had – Bela do Juiz, Caminho do Porto, Cruz das Almas – the place reveals a conflicting patrimonialization that positions it as the stage for three sectors surrounding its protected status, simultaneously with the gaps of imminent trivialization. As a product of historical intentions, the material and affective erasures are instigated by the survey of demolitions/constructions over a twenty-year period, associated with the oldest photographic archives. Beyond this focus, the analysis is completed by evaluating the symbolic dimension based on dominant factors capable of shaping the environmental quality of the area. It is imagined that such provocations may indicate the historical trajectory of the street, not only of what it once was, but also of what it is today, awaiting future (re)discoveries.

Keywords: historic center of Cuiabá; surrounding areas and the June 13th Sector; June 13th Street; heritage preservation.

RESUMEN

Este trabajo presenta las líneas de investigación del máster como una invitación a futuras exploraciones. La Rua 13 de Junho, objeto de estudio, es un vestigio de una parte altamente simbólica del centro histórico de Cuiabá, cuyo interés surgió de la discrepancia entre el trazado actual y lo que se podía extraer de la historia oficial. De los diversos nombres que ha tenido —Bela do Juiz, Caminho do Porto, Cruz das Almas—, el lugar revela una patrimonialización conflictiva que lo sitúa como escenario de tres sectores que rodean su estatus de protección, a la vez que evidencia una inminente trivialización. Como producto de intenciones históricas, las supresiones materiales y afectivas se originan en el estudio de demoliciones y construcciones a lo largo de veinte años, junto con los archivos fotográficos más antiguos. Más allá de este enfoque, el análisis se completa evaluando la dimensión simbólica a partir de factores dominantes capaces de configurar la calidad ambiental de la zona. Se imagina que tales provocaciones pueden indicar la trayectoria histórica de la calle, no solo de lo que fue en el pasado, sino también de lo que es hoy, a la espera de futuros (re)descubrimientos.

Palabras clave: centro histórico de Cuiabá; alrededores y el Sector 13 de Junio; Calle 13 de Junio; preservación del patrimonio.

UMA RUA, MÚLTIPLOS CAMINHOS

O presente debate é produto de uma pesquisa de mestrado, a qual se debruçou em questões inerentes à consolidação, à transformação e, de certo modo, aos apagamentos de espaços historicizados no Centro Antigo de Cuiabá. A tricentenária cidade mato-grossense nasceu como arraial em 1719 pela influência do ciclo do ouro, tornou-se vila ainda por volta de 1727 e quase um século depois se estabeleceu como cidade no ano de 1818. Pouco depois se constituiu como capital, após a transferência de Vila Bela da Santíssima Trindade (1820). É certo que tais marcos também reverberaram sobre a paisagem urbana, configurando ciclos de desenvolvimento distintos.

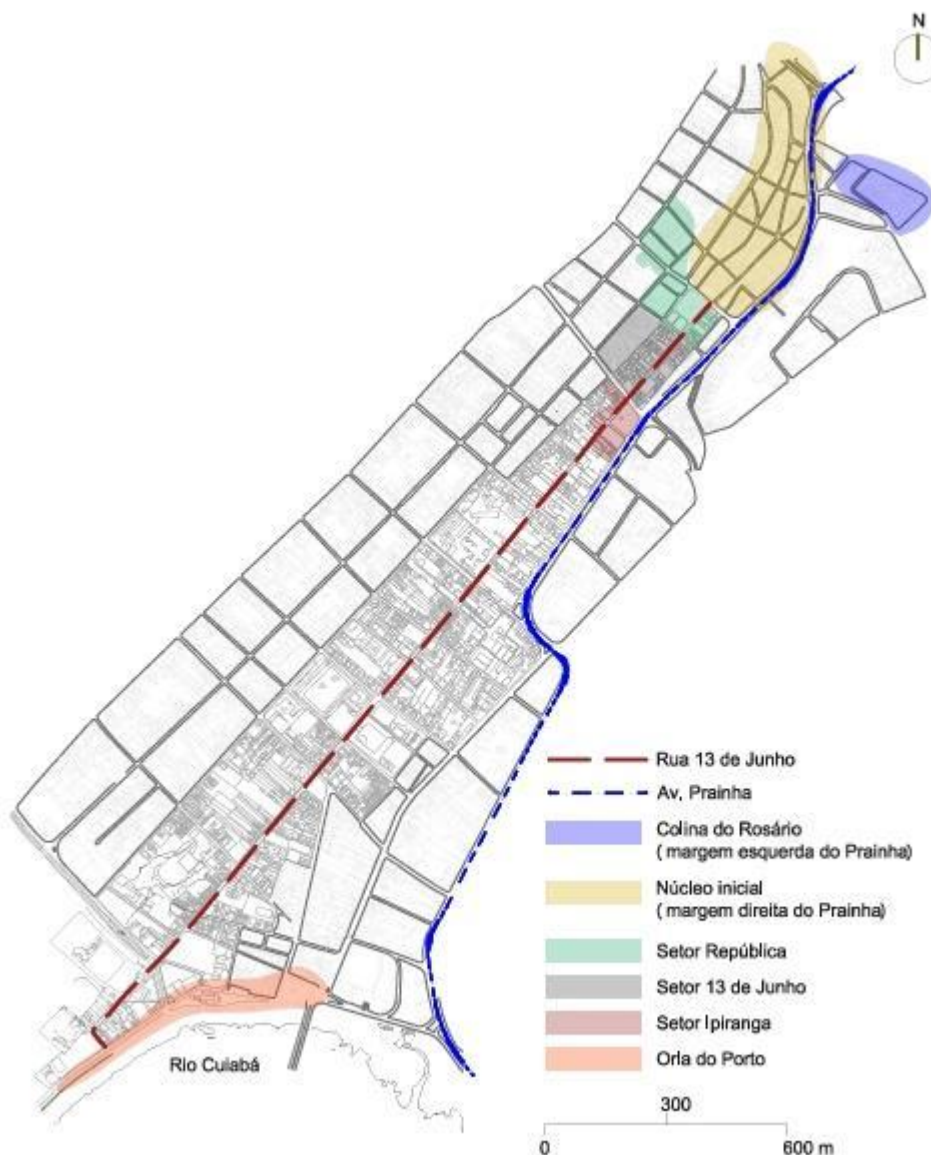
O núcleo antigo que conhecemos hoje já constituiu a cidade como um todo, tendo sido firmado a partir de dois polos: Centro Norte, às margens do Córrego da Prainha, onde a exploração aurífera motivou a concentração do arraial e o Porto do Rio Cuiabá, constituindo-se como importante polo comercial por meio do tráfego de embarcações. Como trajeto de ligação entre essas duas áreas, a Rua 13 de Junho tem posição de destaque, por ser o principal caminho terrestre de amarração (Figura 1). Por tal singularidade, é interessante averiguar a condição atual dessa via que também passou a configurar área de entorno do conjunto que, mais tarde, foi tombado.

Em “Ruas de Cuiabá” o historiador Rubens de Mendonça (1969) constata que, em geral, o nome de uma rua está sempre relacionado a um fato. Como uma das vias mais antigas da cidade, a 13 de Junho¹, nem sempre foi conhecida como tal, “Cruz das Almas”, “Caminho do Porto” e “Bela do Juiz” são algumas denominações que, não apenas a localiza, mas conta a sua história. Apesar de ser um espaço historicizado com uma posição geográfica estratégica, a rua se consolidou pelo caráter de passagem a partir da expansão dos polos fundantes. Assim, não ganhou grande destaque arquitetônico em suas construções, fator que influenciou na leitura do caminho, hoje, como uma rua comum e não como aquela que atesta as bases de fundação da cidade. Até mesmo as marcas da sua função articuladora não são mais aparentes, os trilhos do bonde que ligava o centro ao porto, passando pela rua, cedeu lugar para a pavimentação asfáltica.

¹ O nome da rua faz menção à data de Retomada de Corumbá durante a Guerra do Paraguai (1867), o que motivou a definição de feriado estadual.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 1. Delimitação do trecho de interesse, marcado em vermelho, em relação às áreas que recebe influência



Fonte: Produzido pelas autoras, a partir da base cadastral de Cuiabá (2025).

Como principal artéria de conexão entre Centro e Porto, a antiga Bela do Juiz era percorrida a pé ou a cavalo. A demanda por melhor infraestrutura motivou a instalação da Companhia Progresso Cuiabano (1891), sob a direção de Manuel da Silva Monteiro que ficou encarregado de colocar os trilhos do bonde de tração animal, cujo ponto terminal se realizaria na Praça da Mandioca, no coração do conjunto atualmente tombado. Somente por volta de 1918, quando a cidade ganhou os primeiros automóveis e ônibus, o bonde deixou de ser o principal meio de deslocamento (Alencastro, Aníbal, 2006, p.136). Se não fossem os registros em fotografias antigas (Figuras 2 e 3)

PENSAR FORA DO EIXO

e descrições em obras literárias, seu apagamento seria completo, a não ser que fosse realizada uma grande empreitada arqueológica em busca dessa camada mais antiga.

Figura 2. Trecho da Rua 13 de Junho por onde passava o bonde



Fonte: AYALA & SIMON (1914, p.316 apud Freitas, Maria Auxiliadora de., 2011, p.52).

Figura 3. Linha do bonde até a área portuária, por volta de 1990



Fonte: Freitas (2011, p.129). Foto: s/a. Acervo: Elysio de Oliveira Belchior.

PENSAR FORA DO EIXO

A partir dessa problemática, a noção dos aspectos a serem valorados é essencial para explorar a identidade desse espaço, as razões das transformações sofridas e, por consequência, os impactos para a sua seleção como área de vizinhança ao tombamento do centro, debatido com profundidade no tópico seguinte. No que confere às modificações da massa existente, registra-se que até a primeira metade do século XX a parte antiga da cidade ainda mantinha certa homogeneidade, uma vez que as intervenções não rompiam com padrões pré-existentes.

Mas com a Marcha para o Oeste, nos anos 1940, a Zona Central recebeu modificações de impacto na paisagem. A abertura da Avenida Pres. Getúlio Vargas², perpendicular à Rua 13 de Junho e a construção do primeiro estádio esportivo que levou o nome do cuiabano Eurico Gaspar Dutra ou o popular “Dutrinha”, localizado em frente ao antigo Real Trem de Guerra – atual SESC Arsenal – ao longo da via estudada, são exemplos claros de um novo ciclo que se iniciaria para modernizar Cuiabá. Freire (1997) observa que o crescimento urbano tem seu eixo de desenvolvimento entre os dois polos de atração, o que demonstra a singularidade do Caminho do Porto, cujas intervenções geraram impactos que recaíram sobre a própria via em questão.

A construção do Arsenal de Guerra, do Quartel da Legião da 1ª Linha, do Laboratório Pirotécnico e da Cadeia Pública promoveu o ordenamento de importantes vias públicas que hoje recebem o nome de 13 de Junho e 15 de Novembro (antiga Conde D’Eu) (Freire, 1997, p.72).

Alguns dos edifícios públicos de maior destaque que foram construídos ao longo do eixo norte-sul, localizam-se na Rua 13 de Junho. As marcas desse desenvolvimento foram capazes de criar novos pontos de tensões e de comunicação com outras ruas (Freire, 1997). Os primeiros fenômenos de maior impacto para o rompimento da leitura do tecido colonial veio através da reconstrução do Palácio do Governo (1959) na Praça Alencastro e da Matriz Bom Jesus de Cuiabá (1968) na Praça da República. Os dois edifícios nos respectivos logradouros constituem em um recorte simbólico da estruturação da malha urbana inicial e parte de origem nobre que dá início à Rua 13 de Junho. Para além da localização, os edifícios eram referência na ambiência diante de outras construções que, até então, não ultrapassavam, em altura, os dois exemplares. Como cartões postais da cidade, as

² A abertura da avenida totalizou 17 metros de caixa viária, rompendo com a estrutura tradicional das vias estreitas. Também foram construídos alguns edifícios de destaque como o Grande Hotel e o Cine Teatro, como símbolo de inovação (Freire, 1997).

PENSAR FORA DO EIXO

transformações sofridas pelo Palácio e pela Igreja são detalhadas em outro trabalho³ que explora essa etapa de investigação histórica.

O primeiro tombamento de Cuiabá ocorreu em 1975 de um edifício isolado. Trata-se da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, localizada no alto da colina homônima, na margem esquerda do Córrego da Prainha. A ponte que, antes, ligava esses dois terrenos – margem esquerda mais íngreme e margem direita de topografia plana onde se instalaram os principais edifícios públicos – compunha a paisagem do centro. O córrego, no entanto, foi canalizado ainda na década de 1960 e posteriormente tamponado devido às questões sanitárias. Onde antes corriam as águas afluentes do Rio Cuiabá, atualmente localiza-se a Avenida Ten. Coronel Duarte, popular Avenida da Prainha, restringindo seu legado apenas ao nome.

Nota-se que muito já havia se perdido do referencial urbano, o que revela o processo tardio percorrido pelas políticas de preservação e dos estudos que guiaram o tombamento da porção central. No ano de 1977 visualiza-se a formação de uma posição denunciante frente às crescentes descaracterizações, articuladas por intelectuais e do IAB-MT, período em que o Estado também sofreu uma divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Diante da ameaça da perda total de uma identidade cuiabana, é instigado um olhar sensível para a herança da cidade setecentista, ainda que tenha dado os primeiros passos a partir da proteção de bens isolados, como a igreja, e de objetos religiosos retirados de seu contexto. Para além desses feitos, vale lembrar que a noção de patrimônio que guiava essas práticas ainda estava atrelada a bens materiais de natureza excepcional, fator que moldou por algum tempo o imaginário sobre aquilo que era aceito como marcas da evolução da sociedade cuiabana, digna de perpetuação futura.

1 ENTRE ESFERAS CONFLITANTES DE RECONHECIMENTO

Como essa pesquisa, em essência, tem o papel de esmiuçar as camadas temporais que contam a história da cidade, seu patrimônio remanescente e a memória que o atravessa, é feita uma leitura do perfil do campo preservacionista na esfera nacional para, então, analisar como os seus efeitos reverberaram em Cuiabá. Ainda antes da regulamentação do patrimônio no Brasil, já haviam ações isoladas, motivadas essencialmente por intelectuais modernistas diante da riqueza da arquitetura mineira como referência de identidade cultural brasileira. Um exemplo disso foi o tombamento de Ouro Preto em 1933 e as atividades que Mário de Andrade praticava enquanto Diretor do

³ Trabalho intitulado “Intervenções modernizantes no centro de Cuiabá: espaços urbanos em transformação” apresentado no V SAMA Retratos da Modernidade: arquitetura e seus reflexos na paisagem em 2023.

PENSAR FORA DO EIXO

Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, até que, em 1936 é convidado pelo Ministro Gustavo Capanema a elaborar um anteprojeto para a proteção do patrimônio. Este, ainda que, em termos práticos, não viabilizava a política de preservação, traçou uma noção arrojada de patrimônio. No ano seguinte, tem-se a expedição do Decreto nº25 de 30 de novembro de 1937 sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, quando o patrimônio é, de fato, institucionalizado e marcado por momentos de ascensão e de rupturas.

Dentre as roupagens que o órgão de preservação teve, desde a sua estrutura como serviço (SPHAN, 1937-1946) até como diretoria (DPHAN, 1946-1970), foi pautado por valores estético estilísticos em prol da identidade nacional (PEP, 2007). Os critérios de preservação, endossados pelo foco em obras que prescindissem de um conjunto homogêneo e expressivo em termos quantitativos de exemplares tradicionais, afastou Cuiabá, por muito tempo, do interesse de proteção. Além da posição geográfica da capital mato-grossense, o que tardou investimentos de interiorização, a cidade também já não contava com a integridade arquitetônica do núcleo inicial, tampouco a área hoje denominada de entorno, que já se estruturou de modo heterogêneo, combinando expressões de formação do século XVIII, consolidação do XIX e o somatório de posteriores intervenções do século XX.

Já na sua estrutura como Instituto (IPHAN, 1970-1979), a criação em 1973 do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), junto à SEPLAN consistiu em apoiar os trabalhos voltados para a preservação cultural. Mais tarde, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, por Aluísio Magalhães, proporcionou atuações na elaboração de um sistema referencial básico da cultura brasileira. Esses são exemplos de ações em prol da difusão do critério nacional inicial, possibilitando uma ampliação do olhar para expressões de outras fases (PEP, 2007), para além dos estilos herdados do período colonial. Essas ocorrências colocaram em debate os problemas de preservação na dimensão urbanística (9ª Coordenadoria Regional do Iphan/SP, 1997).

Dando continuidade a essa trajetória, a década de 1980 marcou o momento de redemocratização do país, quando o campo do patrimônio (SPHAN Pró-Memória, 1979-1990) abrangeu debates sobre cidadania, visto as novas demandas sociais e o significativo aumento populacional, como retrata Lia Motta (2012), trazendo também outros aspectos da forma urbana⁴, para além da uniformidade

⁴ Os aspectos morfológicos da Rua 13 de Junho são aprofundados em “A rua em fragmentos: sobreposições temporais como narrativas históricas espacializadas em Cuiabá (MT) Brasil” publicado na Revista Jatobá em 2024. O trabalho, desenvolvido ainda no âmbito do mestrado, propõe um exercício contracartográfico, como

PENSAR FORA DO EIXO

estilística dos sítios históricos. É neste momento que afloram conceitos de patrimônio imaterial e cidade-documento, noções de grande relevância para o reconhecimento e institucionalização do patrimônio cuiabano, cujos estudos tiveram início por volta de 1985. Motta (2012) destaca:

Diante disso, desde o início da década de 1980, foram desenvolvidos trabalhos a partir dos quais se formulou o conceito de cidade-documento, considerando valor de patrimônio aquilo que as cidades podiam propiciar de conhecimento sobre a história, a partir da leitura da morfologia urbana (Motta, 2012, p.250).

Cuiabá foi uma das primeiras áreas a ser preservada como cidade-documento, decorrente da compreensão do seu significado enquanto testemunho do processo de ocupação e palco articulador de outras linguagens e expressões que resistem ao tempo. No entanto, os estudos que levaram a sua proteção não se desenvolveram de forma consoante, mas encontraram muitos conflitos de interesse pelo caminho, os quais colocaram em xeque o sentido de conservar ou não um bem, na medida em que se questionava também o valor histórico, arquitetônico e paisagístico resultante do processo de ocupação da cidade.

A proposta do tombamento provisório partiu da iniciativa da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado que, juntos, formaram um corpo técnico com as secretarias municipais de educação e planejamento, a Fundação Cultural de Mato Grosso, além do IPHAN e UFMT. A ação visaria a proteção do Centro e do Porto, no primeiro momento, a nível municipal, que vigoraria entre 1985 e 1989 (Guimarães, 2023, p.67). O município também criou, nesse período, uma Comissão de Tombamento Histórico, subordinada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura que atingiu importantes resultados em 1985, para além do respectivo tombamento provisório do Centro e do Porto. Uma de suas conquistas foi a publicação da Lei 2.297 de 16 de julho de 1985 que restringiu a demolição de imóveis de valor histórico e da mudança de características urbanísticas capazes de intensificar os efeitos descaracterizantes (Guimarães, 2023, p.94-95).

Até a definição da proteção definitiva pela federação, o desenho da poligonal sofreu algumas alterações para adequar-se ao que se entendia como território significativo para a evolução da cidade. Assim, o Volume I do Relatório de tombamento registra os primeiros estudos técnicos. Nesse documento, Chuva e Santos (1986) consideram fatores históricos e materiais para o

forma de testar aspectos da pesquisa. Realizou-se uma provocação a partir das rugosidades, identificando como se manifestam na materialidade remanescente e de que forma esse fenômeno é produto de uma construção histórica que se realiza, não somente pela sucessão de fatos oficializados, mas também por suas inflexões.

PENSAR FORA DO EIXO

tombamento, ao ver a integridade da trama urbana (século XVIII e XIX) e as formas de parcelamento como resultado desse processo. Conforme consta a seguinte passagem:

A conjugação destas duas análises levou-nos a considerar como proposta inicial de trabalho, a preservação de todo o espaço solidificado nos setecentos, isto é, a área que vai desde o antigo Largo da Mandioca passando pela atual Praça da República, seguindo daí por toda a extensão da atual Rua 13 de Junho até atingir o Porto, pois esta área, farta de representações e informações para compreendermos a Cidade hoje, pode ser entendida como a base de implantação de Cuiabá (Chuva, Santos, 1986⁵).

Em linhas gerais, o caminho metodológico adotado em Relatório faz a distinção entre “Centro Histórico” de “Conjunto Arquitetônico”, sendo o primeiro representativo das bases de formação da cidade, enquanto o último, significaria o somatório de características construtivas. Essa visão influenciou o resultado da poligonal (1989) que, embora reconhecesse o Porto como um núcleo importante para a origem da cidade do ponto de vista histórico, devido a diferença de padrões construtivos, somente o Centro receberia o tombamento definitivo.

Como porção que compreende as ruas mais antigas da cidade, delineada pelo Córrego da Prainha, o perímetro desse Centro que seria protegido também passou por revisões, as quais chegaram a considerar o trecho de casario onde situa a Igreja da Boa Morte. Mas de acordo com as bases conceituais que conduziram o Relatório Técnico, o referido casario foi entendido como um somatório de edificações, apresentando um viés de elementos construtivos que reúnem um conjunto específico, mas não representativo em termos de “documento histórico” das bases de formação da cidade. Desse modo, tal recorte foi definido como Setor de Entorno, dentre os dez setores elencados para compor a área de amortecimento, expressos na Instrução Normativa do Iphan em 1994, dois anos após a homologação do tombamento do Centro a nível federal.

No que tange à área de vizinhança, a Rua 13 de Junho comporta três desses setores: o Setor Praça da República, o próprio Setor 13 de Junho e o Setor Praça Ipiranga, de modo que o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico indica, para além da demarcação em mapa da poligonal, mas também a postura dos agentes preservacionistas que, delegados a selecionar o que lembrar e esquecer, conduzem a noção de valor a partir do que consideram como identidade, memória e, sobretudo, do que entendem sobre os impactos práticos ao longo do tempo, os quais recaem em seu reconhecimento ou não. É, portanto, inevitável não associar a opção do

⁵ Centro Histórico de Cuiabá - Relatório 2. Processo 1180-T-85 Vol 1 p. 71-75.

PENSAR FORA DO EIXO

trecho da Boa Morte como Setor de Entorno ao que se definiu para os demais, em especial, o Setor 13 de Junho.

Ao traçar esse paralelo, imagina-se que as transformações e substituições que a região central sofreu desde a segunda metade do século XX, gerou efeitos diretos sobre toda a área. Espaços decisivos para o traçado inicial, como a Praça da República em frente à Matriz e a Praça Alencastro, a qual envolve o Palácio do Governo, ainda que importantes espaços de poder para a consolidação do núcleo, não foram suficientemente representativos para compor o perímetro de tombamento, justamente por terem comprometido a estrutura urbana antiga, com mudanças de parcelamento e escala. Neste sentido, a Rua 13 de Junho, apesar de toda a relevância como trajeto de ligação, por possuir um histórico de consolidação heterogêneo e pelas sucessivas descaracterizações de um Centro Antigo que também se confunde com um Centro Comercial, sofreu fortes intervenções para adequar-se às novas dinâmicas, retirando-a do foco preservacionista.

Os conflitos referentes à institucionalização do patrimônio não se reduziram aos termos técnicos, mas provocaram significativas manifestações, também, na esfera social. Pouco se avançaria ao falar sobre memória – ainda que na sua materialização – sem esbarrar no imaginário popular e de como as pessoas se sentem representadas ou não. Mesmo que as conceituações de cidade-documento e/ou Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico não façam parte do repertório popular, a desconfiança sobre os limites do tombamento atingiu até mesmo a imprensa. Além da incompreensão sobre os seus benefícios, as privações que um possível tombamento traria ao bem era uma das principais preocupações de proprietários de imóveis. Como a porção central se caracteriza, mormente, pela atividade comercial, acreditava-se que os critérios da SPHAN⁶ esbarrariam na demanda por adaptação do edifício antigo às novas funções, ou simplesmente porque não era de interesse preservar um imóvel que se cumpria apenas como reserva de valor imobiliário.

Esse cenário resultou, após a publicação do edital e notificação aos proprietários de bens que abrange a área delimitada, em uma série de impugnações à SPHAN, colocando em questão a legalidade do tombamento pela falta de identificação, no Centro Histórico, de elementos que remetessem a fatos memoráveis da história do Brasil, com exceção das igrejas. No geral, os textos enviados ao órgão mantinham um padrão argumentativo pautados pelo Decreto-Lei 25/37 e

⁶ No período que compreende os estudos para o tombamento, o órgão de preservação ainda estava sob a estrutura de Secretaria, dada a fusão do IPHAN, PCH e CNRC (1979-1990).

PENSAR FORA DO EIXO

questionavam o valor histórico, alegando desconhecer que ali constituiu a base da Vila, logo, por tal surpresa, os elementos remanescentes não seriam historicamente expressivos. Outro fator pontuado foi o valor arquitetônico, o qual se assentava no fato de que praticamente inexistiam edifícios preservados, a começar pelas fachadas, quiçá o interior. Tal negativa conduzia à conclusão de que sua arquitetura nem mesmo apresentaria valor para Cuiabá, tampouco teria para o país, ao considerar a esfera do tombamento. E, finalmente, os textos justificavam a falta de valor paisagístico, ainda que sem conhecimento técnico, pelo não reconhecimento, na área, do caráter de “feição notável” seja pela ação da natureza, seja pela indústria humana (Processo Iphan 1180-T-85, Vol. 1A).

Para além do descontentamento da sociedade civil, as ações de preservação encontraram impasses políticos ainda que o pedido de tombamento tenha partido da Prefeitura Municipal. Com a mudança de gestão, o mandato que antecedeu a homologação do tombamento em 1992, foi marcado pela postura autoritária do prefeito recém-eleito que tinha interesses voltados para o setor econômico. Resultando na perda de muitos referenciais urbanos, o Prefeito Frederico Campos (1989-1992), utilizou-se de manobras como cobranças indevidas de IPTU, licenciamento de obras sem autorização da SPHAN e alvarás de reformas e demolições inapropriadas. Como reação, o Ministério Público moveu uma ação cível contra Campos, conseguindo uma liminar de proibição de alvarás que não tenham passado pelo crivo da SPHAN (Guimarães, 2023).

De todo modo, essas ocorrências dificultaram o trabalho do órgão tanto em termos práticos, como também na conscientização, ao frisar os valores pelos quais se pautava. A ideia de propor uma articulação conjunta com o Plano Diretor, visando a conciliação entre crescimento e preservação, consistiu em um de seus desafios. A consideração do caráter comercial também se tornou uma questão a ser amarrada em suas pautas como esclarecimento de que o órgão não estaria contra às dinâmicas precedentes do lugar. Ao buscar diálogo com comerciantes locais, destaca que:

Este tombamento é exemplar na medida em que incorpora a atividade econômica e produtiva da cidade, valorizando a iniciativa que em lugar de ser vista como inibidora e paralisante, pode ser encarado como revitalizadora e dinamizadora das atividades já existentes. Longe de causar prejuízos, o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá valoriza a cidade, reforçando sua identidade de Centro importante no processo histórico brasileiro (Velho, 1988. Processo 1180-T-85 Vol 1-A, p 258-259).

O histórico da política de preservação na cidade, de certa forma, também explica o seu processo tardio. O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá foi tombado em novembro de 1992, pela União Federal e pelo enquadramento do Decreto-Lei nº 25, de 30/11/37, mas sua

PENSAR FORA DO EIXO

regulamentação foi estabelecida dois anos mais tarde (1994). Trata-se da Instrução Normativa que prevê a conservação, manutenção e a revitalização da área. Na contemporaneidade esse documento, ainda que importante, deixou evidente algumas fragilidades, que por ter um texto antigo, não acompanhou as necessidades que surgiram com o tempo e a atualidade do patrimônio em dinâmicas cotidianas. Como impactos práticos são observadas algumas questões relativas à falta de um maior tratamento paisagístico, à ausência de projetos de acessibilidade em relação à topografia original, além da admissão de obras no nível de manutenção sem a apresentação de projeto, o que oferece margem para a aparição de elementos que não dialogam com a pré-existência e/ou não contribuem para a sua conservação.

Como o objeto de estudo diz respeito a uma área de entorno⁷, vale destacar o que a IN/94 considera para obras adicionais em porções lindeiras ao centro tombado, a fim de proporcionar uma ambiência de transição que respeite aspectos de visibilidade, por exemplo. Em efeito, há recomendações para garantir um diálogo entre a parte antiga e sua vizinhança, mas que nem sempre são respeitadas na prática. A Normativa, em seu Artigo 12º, parágrafo 3º, orienta que:

Ficam vetadas quaisquer demolições, totais ou parciais, sem a aprovação e licenciamento do projeto da obra que substituirá a edificação pré-existente. Não serão autorizadas demolições para aproveitamento do terreno com estacionamentos, ou quaisquer usos que não impliquem na edificação imobiliária (Instrução Normativa do IPHAN, 1994).

O Setor 13 de Junho e a rua como um todo apresentam diversas situações que violam tal condição, mostrando que, para além do que é regulamentado, as áreas envoltórias revelam dinâmicas próprias que devem ser pensadas a partir de suas singularidades para que possam receber o tratamento mais adequado, uma vez que entorno não consiste em área remanescente do que o tombamento não alcança, mas sim, um espaço essencial para propiciar as condições de uso, conservação e identificação de toda a região. Foi visto que a IN/94 divide essa área em setores que correspondem a subgrupos morfológicos próprios. Somam-se dez, quais sejam: Setor Morro da Luz, Setor Praça Bispo Dom José, Setor Prainha, Setor Rosário, Setor Mandioca, Setor Boa Morte, Setor Barão de Melgaço, Setor Praça da República, Setor 13 de Junho e Setor Praça Ipiranga (Figura 4).

⁷ De acordo com o Caderno de Estudo do PEP Entorno de Bens Tombados (2007) o vocábulo “entorno” é firmado na década de 1970 pelos técnicos do IPHAN para designar as áreas de vizinhança, ambiência ou tutela. O termo é utilizado, de modo oficial, em documento da Portaria nº. 05, de 24/06/1981, referente ao tombamento de parte da cidade de Petrópolis.

PENSAR FORA DO EIXO

Há alguns setores de interesse que estabelecem relação direta com a rua, mas para efeito do setor estudado, o documento oferece a seguinte leitura:

Referenciado na mais tradicional rua de comércio de Cuiabá, antiga Rua Bella do Juiz, era o trecho inicial do caminho que, no século XVIII, ligava o centro da Vila ao rio Cuiabá. É uma área de transição eminentemente comercial, tal como a área tombada, com inserção de alguns serviços. Com poucas exceções, as edificações mais antigas já foram substituídas ou descaracterizadas, sempre tendendo a uma estereotipação do comércio varejista dos grandes centros (edificações de pequeno e médio porte, grandes vãos de acesso, fachadas falsas multicoloridas, letreiros chamativos etc.). Não há condições de infra-estrutura mínima para crescimento vertical das edificações (Instrução Normativa do IPHAN, 1994).

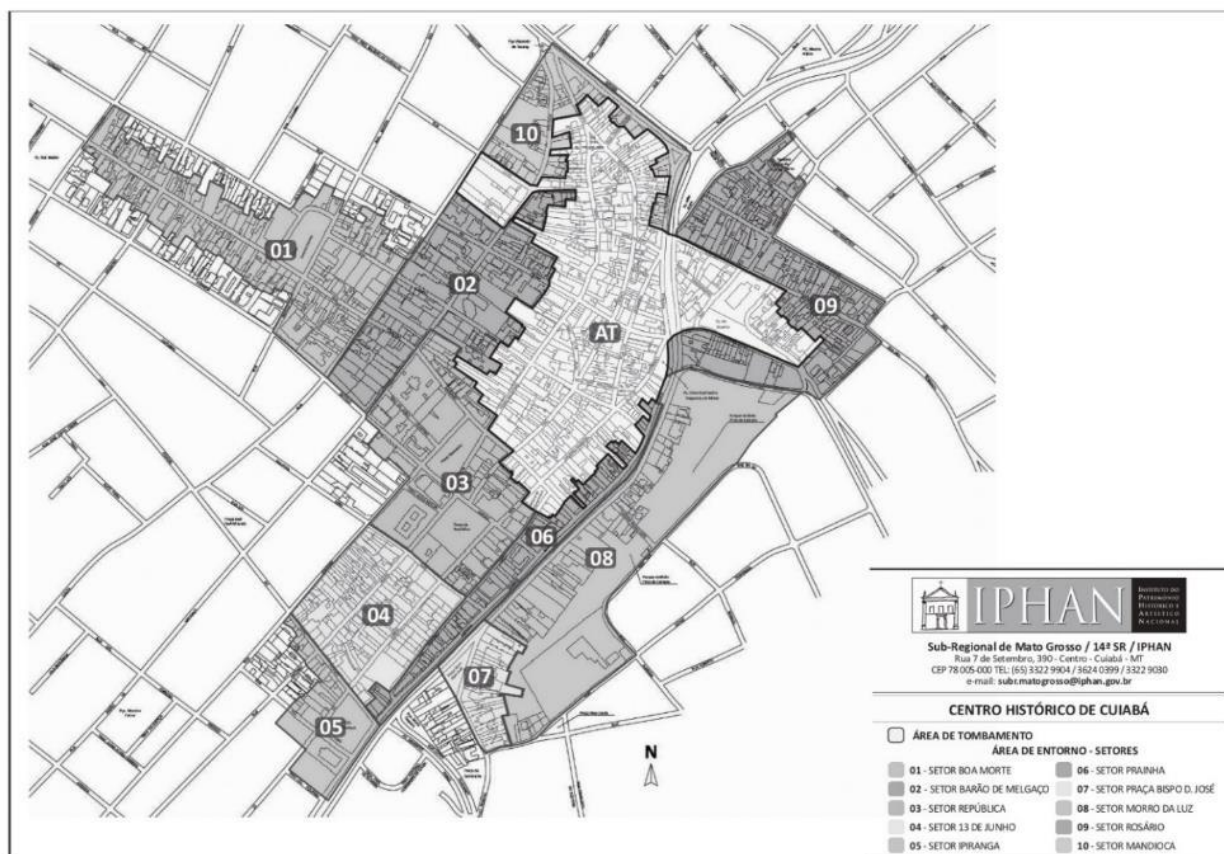
A rua, através da perspectiva de preservação, é moldada sob a ótica do entorno, mas também absorveu os impactos das transformações precedentes. No início da década de 1970, a cidade expandiu para as bordas, como um verdadeiro processo de “desventramento”, definição dada por Giovannoni (1873-1947)⁸, ao observar transformações de infraestrutura, com aberturas radicais de via, capazes de provocar grande perda simbólica no tecido pré-existente. Um exemplo disso é a criação do Centro Político Administrativo (CPA)⁹ a nordeste do Centro Antigo, como prolongamento da Avenida da Prainha. Esta, por sua vez, após ter o córrego canalizado e tamponado, é responsável por modificações nas vias lindeiras, pela implantação de pontos comerciais, além de se tornar um dos eixos mais importantes de ligação entre Centro e Porto, alterando funções antes conferidas à Rua 13 de Junho.

⁸ GIOVANNONI, Gustavo. Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

⁹ Para além deste, a cidade tem outros novos eixos de crescimento, como o desenvolvimento da região sul em direção ao Coxipó, impulsionado pela implantação da Cidade Universitária (UFMT).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 4. Área tombada e setores de entorno



Fonte: IPHAN, s/a.

Estrategicamente, a retirada das funções administrativas do centro, para além de simbolizar o ideário modernizante, também atuou sobre a diminuição das tensões sobre a área, ciente de que para preservá-la seria necessário tratar a questão do tráfego e estacionamento, problemáticas ainda atuais ao observar os aspectos morfológicos da cidade antiga. Freire (1997), salienta, no entanto, que esse fenômeno de expansão, por outro lado, acaba reforçando seu caráter disperso, dado a um crescimento “espalhado”. Complementar ao autor, Giovannoni, ao tratar do patrimônio na escala urbana, se mostra preocupado com o diálogo entre cidade velha e cidade nova/ em expansão, reconhecendo que para modernizar-se e manter a atualidade do patrimônio, a parte antiga pode manter-se como bairro modesto à medida que a cidade também cresce conectada física e afetivamente ao núcleo de origem. Pois, entende-se que, mais do que a materialidade em si para a atribuição de valor, o patrimônio se associa à capacidade de manter significação frente às mudanças socioculturais (Carsalade, 2017).

Entre 1986 e 2003, a figura do entorno tem um amadurecimento nos processos conduzidos pelo IPHAN. Ainda que, por muitas vezes, as medidas a seu respeito não tenham sido levadas adiante

PENSAR FORA DO EIXO

por problemas na administração, há uma evolução no reconhecimento de que essas áreas consistem em fatores decisivos para a preservação da coisa tombada, bem como para o sentido de continuidade histórica. O entorno, então, pode ser avaliado na medida em que seja capaz de dialogar em escala, mantendo a ambiência, mesmo que a área não possua relações estilísticas ou natureza tipológica iguais às do bem. O contexto histórico/paisagístico é outro fator que reforça a coerência com o espaço urbano, além dos aspectos legais. Essa fase também é marcada pelas portarias que a 14ª Superintendência Regional do IPHAN¹⁰, envolvendo os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Distrito Federal, definiu para dar luz às questões do entorno, medida que representou um esforço para que os critérios técnicos contemplassem os projetos na vizinhança (PEP, 2007, p.40).

Esse debate contribui para romper com a ideia de que a área de entorno consiste em um espaço menos importante, justificada pela ausência de elementos arquitetônicos expressivos. A Rua 13 de Junho, como objeto dessa pesquisa, é exemplar para explanar essa questão, já que a sua forma aparente na atualidade não condiz com a relevância histórica que exerceu, justamente pela perda de um grande referencial arquitetônico representativo da sua identidade. Um estudo mais aprofundado sobre os planos urbanísticos torna um viés importante para explorar esse caso, em um segundo momento do trabalho, para entender como a legislação e o Plano Diretor, junto ao órgão de preservação podem evocar áreas apagadas para um tratamento sensível à sua história, sem reduzi-las a dados técnicos por mera formalidade. Pois a área do lote, a testada e o afastamento disciplinam o uso e ocupação do solo, vinculados, sobretudo, à ambiência que se constrói a partir do modo de como esses elementos são manipulados.

2. DOS SILÊNCIOS QUE REVERBERAM

Cuiabá, após consolidar-se como capital (1820)¹¹, iniciou uma fase de intervenções ainda contíguas ao antigo, caracterizada por um crescimento atrelado a sua qualidade de memória, com a preservação da massa existente. Porém, a década de 1950/60 em diante, esteve pautada por um ideal de rompimento com seu passado colonial e com a regularidade que representou o esquema

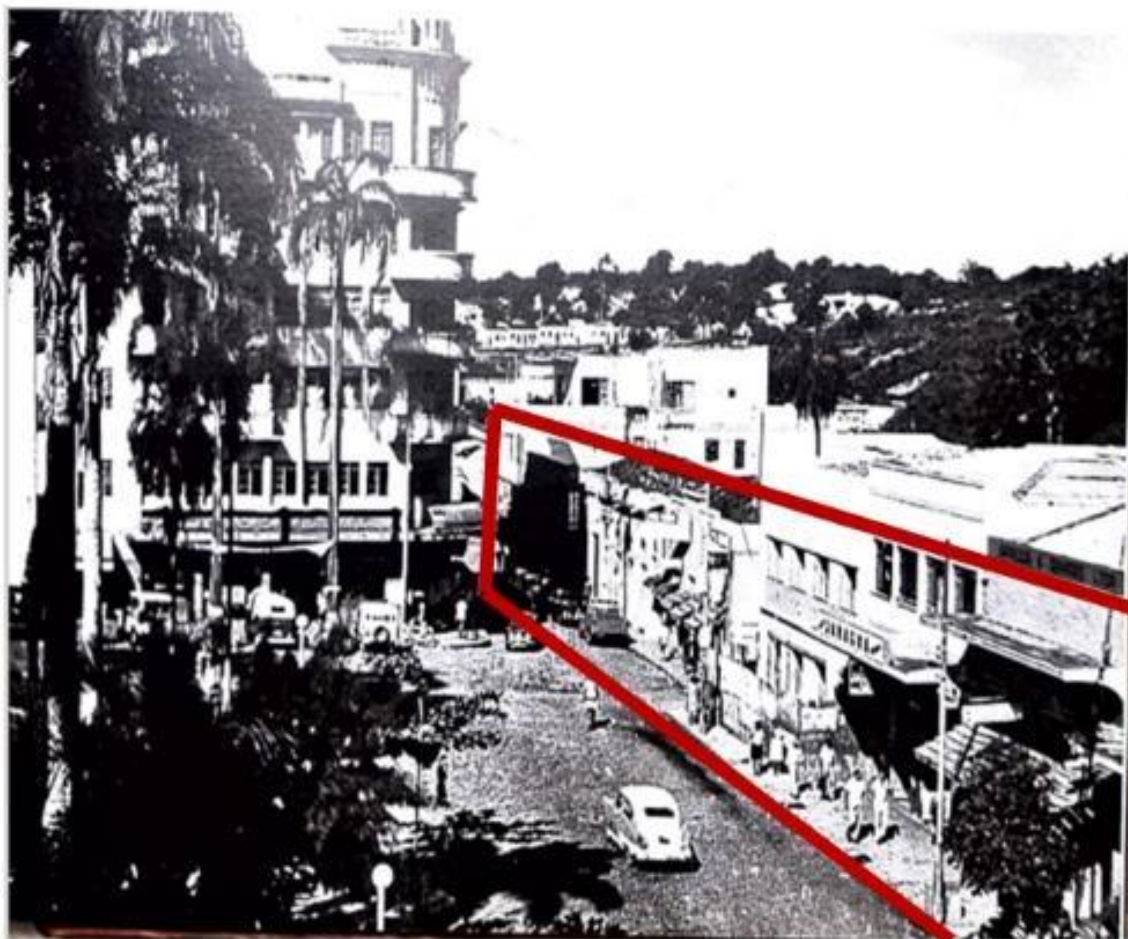
¹⁰ De acordo com Ferreira e Hirata (2019, p.156), o trabalho do Iphan em Mato Grosso começou por volta de 1950 vinculado à 14ª Coordenação Regional, “hoje Superintendência Regional do Iphan em Goiás – que surgiu em 1960, como núcleo do antigo SPHAN em Brasília”. As autoras observam que a emancipação do órgão no estado gerou um melhor direcionamento dos recursos, já que não passariam pelo crivo do estado de Goiás.

¹¹ A demarcação de fases de estruturação urbana está pautada nos ciclos de desenvolvimento analisados por Freire (1997), organizados em ciclo da mineração (1722-1820), ciclo da sedimentação administrativa (1820-1968) e ciclo da modernização (a partir de 1968).

PENSAR FORA DO EIXO

tradicional (Azevedo; Guedes, 2017). Para além da reconstrução do Palácio do Governo (1959) e da Matriz (1968), houve outras intervenções com transformações de escala, principalmente na Rua 13 de Junho, como é o caso da demolição do Hotel Centro América (1990), sob o cenário das ações degradantes de Campos em relação ao patrimônio (Figuras 5 e 6), e a construção do Palácio do Comércio (1975), coroado como importante marco visual da porção inicial da via (Figura 7).

Figura 5. Hotel Centro América na década de 1950, ladeado pela primeira quadra da Rua 13 de Junho, marcada em vermelho, quando ainda não havia a abertura da Av. Pres. Getúlio Vargas



Fonte: Freitas (2011, p.241), com intervenção das autoras. Foto: Lázaro Papazian. Acervo: Museu Histórico/MT.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 6. Demolição do Hotel Centro América em 1990



Fonte: Freitas (2011, apud Guimarães, 2023, p.83). Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 7. À esquerda, visualiza-se o edifício da Riachuelo, construído onde situava o referido hotel. Ao lado, o Palácio do Comércio. O campo visual, a partir da Av. Getúlio Vargas, evidencia a comunicação com a Prainha à frente, antes o acesso inexistia devido à quadra inicial da Rua 13 de Junho



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Nota-se que o caminho do tombamento iniciou um intenso processo de apagamento, o que estimulou o desejo de pesquisa em registrar as perdas já irreversíveis, mas também suas reminiscências que, banalizadas, tornam esse silenciamento ainda mais veloz. As mudanças na rua, delineadas pelo fenômeno das demolições, ainda têm pouca profundidade em estudos acadêmicos, de modo que inexistem inventários por edifício ou do perfil dessas quadras. Ciente dessa lacuna, fez-se uma análise das construções/demolições a partir de projeções da massa existente em imagens aéreas do Google Earth no período de 20 anos (2004-2024) – delimitado pela qualidade das informações obtidas pela ferramenta – e um perfil comparativo dos lotes/ruínas via Street View do Google Maps.

Por meio desse caminho investigativo, observou-se que essas mudanças não apresentam uma lógica linear. No período anterior à pesquisa, admite-se que um lote não edificado possa ter comportado um edifício ou vice-versa. Os volumes remanescentes possuem processos e idades diferentes entre si, condicionados por usos sociais variados. Por outro lado, não apenas o perfil dos serviços atuais, focado no comércio, tendência a presente utilização, ao observar a oferta massiva

PENSAR FORA DO EIXO

de vagas para estacionar ao longo da via, mas vem de todo um processo de “não construção” e/ou do “deixar ruir” que se destaca nesta análise temporal (Figura 8). Os trechos que permanecem subutilizados por longo período são, em potencial, mais vulneráveis às atividades de estacionamento rotativo pela mínima adaptação de uso.

Figura 8. Levantamento das demolições/construções no intervalo de vinte anos (2004-2024) em alguns trechos selecionados, demonstrando condições que se repetem ao longo de toda a rua



Fonte: Google Maps, imagens do Street View (2025).

PENSAR FORA DO EIXO

A perda da massa vegetativa é outro fator que se destaca, tanto nas praças como nos lotes dos antigos “quintais cuiabanos”, referência tipológica das antigas residências. Em decorrência da falta de manutenção, os lotes expressam sinais de abandono, seja pelas ruínas, seja pelo lixo depositado nestes. Ao reforçar condições dessa natureza, a aridez da Praça Dutrinha desarticula o Sesc ao Estádio, pois entre ambos, a praça não apresenta uma linguagem capaz de localizá-los, tampouco gera pertencimento ao lugar. Como leitura da (re)configuração desse caminho tão importante do ponto de vista histórico, entende-se que esses apontamentos representam o fragmento de um fenômeno muito maior sobre toda a cidade. Como um centro regional, Cuiabá, desde a década de 1970, recebeu impactos físicos decorrentes das políticas de planejamento, o que ocasionou um significativo aumento do contingente populacional, que passou a dobrar a cada década, chegando em 1990 com cerca de 400 mil habitantes (Azevedo, 2006, p.138 apud Azevedo et al., 2019, p.01).

Desde o Plano Diretor de 2007 que o perímetro urbano foi congelado, incitando a retomada da temática em seu processo de revisão, iniciado entre 2017/2018 (Azevedo et al., 2019, p.04). Devido ao contexto pandêmico de Covid-19, os estudos foram interrompidos, cujo debate só voltou no ano de 2023, resultando em publicação de Nota Técnica e Minuta da nova versão do PD. De todo modo, imagina-se algumas problemáticas que decorreriam de medidas dessa natureza quando desconectadas de outras políticas, como a de preservação por exemplo, quando a geração de um espraiamento urbano, refletiria, também, no aumento de áreas subutilizadas no próprio centro, fenômeno que não isenta a Rua 13 de Junho, dada a sua posição geográfica e a fragilidade que já enfrenta por seu aspecto fragmentado, remetendo a uma via comum.

Até mesmo a busca em registros fotográficos e bibliográficos, anuncia uma certa inconsistência pelo hiato percebido na imagem evolutiva da via, isto é, a leitura que se faz desse caminho. Acredita-se, todavia, que seus pontos de inflexão comunicam o processo histórico pelo qual decorre tanta perda simbólica. Curiosamente a literatura cuiabana oferece algumas pistas, como as expressas no “Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá” de Rubens de Mendonça (1975). O clássico se desenvolve em capítulos que destacam partes da cidade por onde é realizado um percurso reflexivo, pelo qual há menção sobre a antiga Bella do Juiz. No entanto, observa-se uma introdução apressada, entendendo que “Nada de importante neste trecho temos para registrar” (Mendonça, 1975, p.52), contido a casos isolados, os quais, com uma amarração analítica, revelam muitos aspectos importantes sobre esse trajeto. O autor apreende significativas mudanças na forma de relacionar-se com a área, expressas em sua narrativa:

PENSAR FORA DO EIXO

Continuemos nosso passeio pela rua Bela do Juiz. No Largo da Cruz das Almas, antiga Praça Marques de Aracati, atual Praça Ipiranga, onde até bem pouco era ocupado pelo Corpo de Bombeiros era o mercado de peixes da cidade. As canoas subiam o Córrego da Prainha e vinham ali trazer o pescado. Mais tarde naquele local foi construído o Quartel do Batalhão Policial e posteriormente Liceu Cuiabano [...] (Mendonça, 1975, p.57).

Essas informações esboçam traços de uma cotidianidade do espaço vivido e descreve os locais de comercialização, os meios de locomoção e o fluxo pelo Córrego da Prainha como elementos que estruturam a dinâmica da própria Rua 13 de Junho, indicando a ambiência que já teve um dia. Até porque, várias características já se perderam, como a linha de bonde, a conexão da cidade com os corpos d'água e a ponte sobre onde passava o Córrego Cruz das Almas, deste restou apenas o nome como forma de rememoração. No entanto, a via como testemunho atualizado da importância conectora instiga a compreensão sobre sua lógica de consolidação como forma de entender, também, seu encaminhamento futuro. Quando Conte e Freire (2005, p.24) constatarem que “A cidade tem um crescimento lento, mas paulatino. Expande-se em direção ao Porto, emendando-o com o centro” parece adotar uma carga de significado na expressão “emendando-o”, que sugere o fenômeno de formação, feito pelo “encontro” e pelo “emendar-se” de duas áreas já pré-estabelecidas. Esse adensamento em sua forma primeira não foi bem preservado, já que os autores denunciam os impactos provocados, mais tarde, pela pressão imobiliária.

A pressão imobiliária no Centro, já eminentemente comercial, é imensa. O casario é destruído sem o menor constrangimento, e em seu lugar surge uma arquitetura funcional de extremo mau gosto. A rua 13 de junho é um exemplo claro dessas substituições (Conte; Freire, 2005, p.25).

O caráter comercial da Rua 13 de Junho é algo já reforçado no texto da IN/94, ao tratar o setor, que identifica a estereotipação do comércio varejista, por meio da solução de grandes vãos de acesso. Como consequência, as adaptações provocaram alterações no padrão de quadras, de modo nada sutil. São raros os sinais de permanência de edifícios íntegros. Ainda assim, identificam-se alguns. A Igreja Presbiteriana, logo na parte inicial da via, é um desses casos (Figura 9). Como ponto de resistência da quadra é simbólica por introduzir, na cidade, uma outra expressão religiosa para além do catolicismo. Também é símbolo para o tempo atual, na medida em que indica o que se pretende preservar e o que se aceita perder.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 9. Igreja Presbiteriana localizada na Rua 13 de Junho



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Situada à Rua 13 de Junho, foi o primeiro templo evangélico de Cuiabá. Teve sua pedra fundamental lançada a 7 de setembro de 1921. Gracioso templo de tijolos a vista, encontra-se sufocada pelas grandes construções no seu entorno (Conte; Freire, 2005, p.36).

A paisagem como essa soma temporal de objetos tem uma amplitude bem explorada por Santos (1988) ao observar que, para além do volume (ou forma física), também é formada por sentidos variados: cores, movimentos, odores e sons. A soma desses aspectos agrega camadas de análises mais sensibilizadas à memória do caminhante, que apreende um som característico na forma de se comunicar ou os cheiros que os produtos comercializados nas bancas reúnem. Concernente a essa

PENSAR FORA DO EIXO

avaliação, identifica-se ocorrências na Rua 13 de Junho que constroem imagens mentais motivadas pelos mesmos sentidos.

Mendonça (1975) em seu roteiro, narra cenários que só fazem sentido por meio da experiência completa do que é vivido: o Largo da Cruz das Almas, atual Praça Ipiranga, comportou o mercado de peixes que movimentou o centro. Posteriormente, o mesmo local deu vida à outras atividades, que não mais expressavam a memória olfativa do peixe fresco, o entrosamento também já era outro. Atualmente, no calçadão da Galdino Pimentel, parte do tombamento e porção inicial da Rua 13 de Junho, destaca-se o comércio de ambulantes. Por meio do caminhar lento proporcionado pelo calçadão, podem ser apreendidas as cores das fachadas, a forma dos edifícios, a organização dessas bancas e o cheiro dos produtos vendidos. Amanhã, talvez o aroma do pequi que marca esse trecho ceda lugar para uma outra forma de apropriação. Essas experiências, portanto, mostram como os apagamentos se dão de diversas formas, como pelos sentidos que se perdem/modificam.

Nessa esfera, como poderia ser dado o tratamento da dimensão simbólica da rua? Como seria assegurada a sua identidade? A noção do Centro Antigo como a parte representativa de um Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico teve as suas primeiras formulações em 1979 pela arquiteta Rachel Rezende ao abordar a “Preservação da Memória Cuiabana” em artigo publicado no Diário de Cuiabá. De acordo com a autora, a memória estaria expressa nos bens patrimoniais existentes, denominados “Patrimônio Arquitetônico” aludindo tal entendimento no seu sentido amplo, desvincilhando-se da noção de “imóveis isolados” (Brandão, 1993, p. 105 apud Ferreira; Hirata, 2019, p.151). Ainda antes do tombamento, a memória como veiculação do valor em prol de uma proteção integrada, evidenciava as necessidades para o encaminhamento futuro do patrimônio cuiabano. Neste mesmo contexto temporal e espacial, Rezzieri (2019, p.272) contrapõe a atmosfera enobrecida das intervenções modernizantes, decorrente das rupturas na década de 1970, com os questionamentos que cresciam nos anos seguintes, mormente pela intelectualidade cuiabana, diante da “superação” da vida e fatos corriqueiros e do abandono do Centro, cujas transformações implicavam o silenciamento da própria essência.

Em outras palavras, a estratégia política devorou as práticas populares, selecionando, conservando e educando o olhar da população para certos objetos e bens considerados representativos, ao passo em que a difusão desses símbolos fomentava a fabricação de sentidos, vivências e valores que engendraram a criação de uma memória coletiva (Rezzieri, 2019, p.280).

Moldada sob um engenhoso processo de crescimento, a memória coletiva está intrínseca à percepção atual deste Centro, inclusive sobre o caminho do Tombamento. A Rua 13 de Junho,

PENSAR FORA DO EIXO

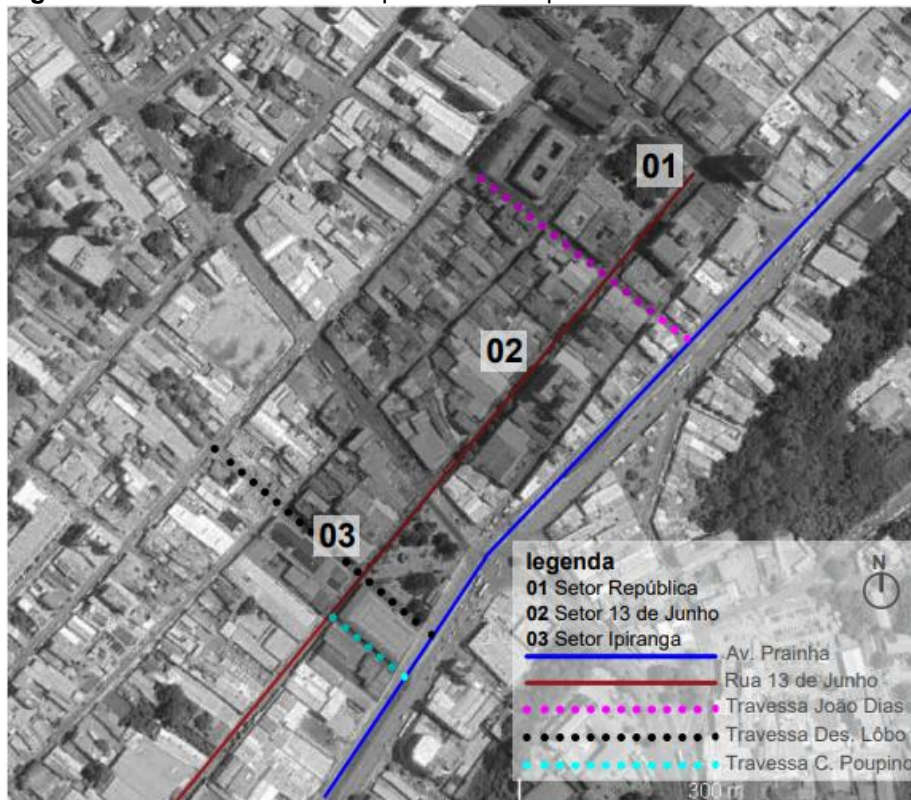
como um trajeto de formação heterogênea, não reúne exemplares arquitetônicos excepcionais. A feição de edifícios comuns e muitos deles descaracterizados por funções diversas reforçam uma leitura fragmentada desse percurso, incapaz de estabelecer a integridade de uma linguagem estilista, tampouco de pregnância no imaginário popular pela história que carrega. Esse é um ponto de tensão para a compreensão do sentido de continuidade histórica a partir dos marcos visuais resistentes e, logo, para a valoração desse caminho dentro do processo que deu origem a toda a malha urbana inicial.

Para além das pistas morfológicas, o fato de a rua comportar três, dos dez setores de entorno, indica nuances complementares sobre camadas históricas, uma vez que, como recortes que marcam a gradação de área sob instância de proteção federal, têm elementos individuais que os tornam importantes, portanto, requerentes de tratamento próprio. O primeiro deles, que dá início à rua, é o Setor Praça da República, porção que abarca as praças mais importantes para a estruturação do espaço de poder da cidade: Praça Alencastro e a praça homônima ao setor. Pela mudança de escala e parcelamento, já possuem a flexibilidade de intervenções admitidas em área de vizinhança. O mesmo olhar é atribuído ao Setor 13 de Junho, na quadra seguinte, devido à perda de muitos referenciais.

Consecutivo a essa, o Setor Praça Ipiranga, envolvendo a praça de mesmo nome, já comportou funções diversas, como salientou Mendonça (1975), o que revela a importância do espaço público como berço da dinâmica social. Vale lembrar que a essa área já foi designado um “espaço da saudade” por receber elementos da Praça Alencastro. Esta, ao passar pelo processo de modernização, junto à reconstrução do Palácio do Governo, sofreu uma repaginação de seu jardim (construído ainda no século XIX), com modificação dos caminhos e transferência de elementos originais, como coreto e fonte. Curiosamente, a opção por esse deslocamento faz questionar a legitimidade de uma real valorização dos antigos largos e dos objetos recebidos, que reposicionados, são retirados de seu contexto original (Guimarães, 2023). Destaca-se que a antiga Marques de Aracati também sofreu impactos ao longo do tempo, conferindo grande perda da sua massa vegetativa, antes avistada a longa distância pelas suas palmeiras imperiais. A porção da rua que envolve os três setores, também é formada por algumas travessas que, junto às praças, marcam a transição entre as quadras e constituem-se como conectores com as vias paralelas, proporcionando maior visibilidade para a via (Figura 10). Resta saber o que esse fator reforça: se apenas um acesso ou um elemento do traçado com potencial de revalorização.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 10. Setores de entorno que envolvem parcialmente a Rua 13 de Junho



Fonte: Google Earth com intervenção das autoras (2024).

Diante dessas ocorrências, é notório que rearranjos desconexos à pré-existência sinalizam o enfraquecimento da preservação. As condições de ambiência ao longo do caminho, dependem de uma ação coordenada que envolva a conservação dos aspectos formais, de modo a desacelerar o processo de deterioração dos edifícios, como também o trato nos espaços livres de uso público integrado a campos visuais a partir da rua ou de suas travessas que dão visibilidade a ela. No âmbito do discurso sobre ambiência em protocolos internacionais, o assunto recebe um tratamento analítico para a formulação de indicações visando possíveis caminhos. A Recomendação de Nairobi (1976) é um deles, ao abordar medidas de salvaguarda em suas dimensões jurídicas, administrativas e técnicas. O documento ressalta a necessidade de integração entre as políticas, de combater altas especulativas nessas áreas que possam gerar conflitos de interesse em detrimento à preservação, como também dar maior atenção à questão da evasão de moradores que, além de influir nas relações de pertencimento, também tem efeitos na escala da cidade como pelo estoque de áreas subutilizadas no centro em contrapartida ao grande espraiamento para as periferias. A recomendação enfatiza ainda que:

Um cuidado especial deveria ser adotado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se enquadre

PENSAR FORA DO EIXO

harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos construtivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto (Recomendação de Nairobi, 1976, p.09).

Salvo à dimensão dos lotes que mantém preservados aspectos de parcelamento, os efeitos de massa negativos que se manifestam ao longo da rua se realizam pela repetição das descaracterizações relativas às outras dominantes, como alturas, cores, elementos construtivos e variação de volumes. Esses elementos estruturam a avaliação que a dissertação propõe para compreender as condições de ambiência responsáveis pela leitura fragmentada e pelas discontinuidades que caracterizam a rua na atualidade.

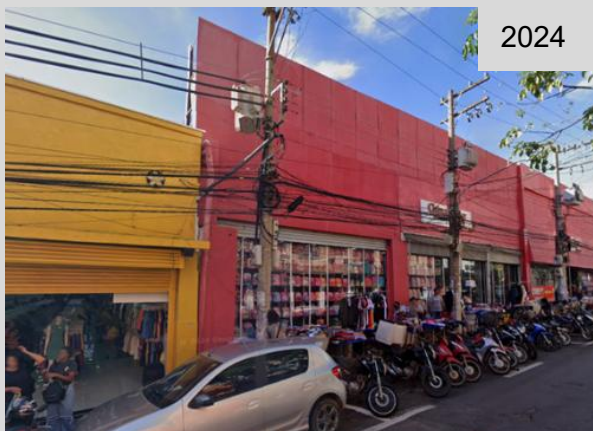
A IN/94 que regulamenta e estabelece normas para o conjunto e seu entorno, soma mais de vinte anos desde sua publicação e, de acordo com Azevedo e Guedes (2017, p.07) já demonstra certa fragilidade na “concepção, na etapa de análise técnica, acompanhamento e fiscalização”. As experiências a campo possibilitaram a elaboração de um diagnóstico que elenca condições diversas de impacto para a ambiência, sobretudo na Rua 13 de Junho, objeto de interesse. São expostas essencialmente três ocorrências repetidamente.

As alterações da proporção de imóveis, como meio de ganhar área construída, em muitos aspectos constitui um falseamento da noção de volume que, sem a elevação do pé direito do edifício, utiliza-se apenas o prolongamento da parede de fachada e/ou platibanda destacada pela inserção de elementos publicitários sobre a alvenaria. Ainda que sem uma real ampliação de área de piso, já é capaz de provocar modificações na linha de coroamento da quadra (levantamento 1). A utilização indiscriminada de pintura na fachada provoca a segmentação do edifício para apropriações variadas, restando apenas os elementos de platibanda ou do telhado como provas de que trata-se de um único casarão. As estratégias de publicidade vêm colocando a marca do seu negócio à frente da unidade estilística do bem onde se insere, desconsiderando qualquer vocação e compatibilidade de uso (levantamento 2). Complementar a essas condições, a mudança no padrão de aberturas também é uma ação recorrente em prol do comércio e da introdução de novos gostos decorativos sem relação com o anterior. É por meio da abertura de grandes vitrines que o ritmo de cheios e vazios ao longo da quadra perde qualquer semelhança e referência com sua estrutura original (levantamento 3). Essas condições são apresentadas na sequência a seguir (Figura 11).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 11. Levantamento das condições da área a partir das dominantes elencadas

Levantamento 1 Edifício na porção inicial da Rua 13 de Junho. Atualmente comporta a loja “China Bazar”, em frente à Galeria GG.



2024



2011

Levantamento 2 Edifício localizado na esquina da Rua 13 de Junho com a Av. Generoso Ponce, em frente à Praça Ipiranga.



2024

Levantamento 3 Edifício na porção inicial da Rua 13 de Junho, com amplas aberturas para o comércio.



2024

Fonte: Google Maps, imagens do Street View, entre 2011 e 2024.

PENSAR FORA DO EIXO

É certo que a forma urbana atravessa diferentes momentos históricos que induzem à acréscimos ou substituições, decorrente de avanços técnicos construtivos, da lógica de apropriação e da reconfiguração das atividades desenvolvidas¹². Em consequência, rupturas de caráter definitivo da massa anterior são quase inevitáveis. Todas as intervenções somam camadas que também narram o rumo da história. O ponto central, no entanto, reside no questionamento sobre o que deveria ser tolerado para áreas sob proteção, isto é, qual o termômetro que sinaliza os fatores de continuidade ou descontinuidade sobre a rua?

CONSIDERAÇÕES E PROVOCAÇÕES

Possivelmente não chegaríamos a uma resposta fechada sobre os fenômenos que caracterizam uma rua tão diversa. É nesse sentido que a pesquisa se realiza com um caráter provocativo, na medida em que coloca em evidência os hiatos do caminho ao atravessar o que está para além do que conta a história oficial. Ao dar luz aos silêncios dos mapas urbanísticos, vê-se que destes fogem as memórias vividas e os sentidos que constroem marcadores sociais. As nuances de uma valoração permeada entre os resquícios do espaço historicizado e o (não) pertencimento daqueles que deixaram de residir e ocupá-lo, construiu esse caminho, onde o bonde não passa mais.

O que escapa à normatização também interessa à pesquisa, pois, para além dos três setores que envolvem a rua, esta continua pelas quadras seguintes ainda como um caminho, inicialmente comum, mas que cumpre a sua ligação entre os polos fundantes. Entender a sua existência histórica, após a construção de toda uma cidade em seu entorno, agregou um leque investigativo que atravessa o eixo centro-porto.

Imagina-se que estudar sobre apagamentos já realizados favoreça uma melhor apreensão por se tratar de um acontecimento completo. O desafio que a Rua 13 de Junho nos coloca é justamente por manifestar problemáticas que instigam hipóteses sobre o processo que conduz seus apagamentos, ainda não findados, mas que experienciou fases de aceleração. Tomar ciência desses aspectos é também nos responsabilizar pela possibilidade de freá-lo em alguma medida.

As dissidências entre a relevância histórica que possui e a banalização de um entorno originalmente heterogêneo e que decorreu de uma má preservação, indicam que pensar o patrimônio hoje, requer uma maior compreensão sobre o cenário vivido no período em que o seu valor foi posto em mesa. Se por um lado despertou reconhecimento, por outro, surtiu em contestações, das quais o seu

¹² Essa reflexão tem como base o estudo sobre as relações de trabalho expostas por Milton Santos (1996).

PENSAR FORA DO EIXO

aspecto documental dividiria espaço com o que é essencialmente representativo por qualidades estéticas-estilísticas.

Logo, refletir sobre a ampliação da noção de patrimônio, os desafios para a homologação do tombamento federal (1992) e, mais tarde, a elaboração da Instrução Normativa (1994) reúnem um debate profícuo sobre a forma urbana e a vocação desse bairro transformado ao longo do tempo. É nesse sentido que o levantamento de suas demolições/construções no intervalo de 20 anos, somado ao acervo fotográfico mais antigo, além da avaliação final, referente à deturpação das dominantes de qualidade ambiental (volumes, cores e ritmos) sugerem o caminhar histórico da área, motivada, talvez, pelo (não) pertencimento de um imaginário que não se encontra nas bases materiais hoje conhecidas.

Diante disso, a tônica do trabalho se cumpre pelo olhar atento dado ao caminho que ficou esquecido, assumindo que as indagações sobre esse esquecimento não se respondem meramente pela falta de um planejamento articulado às políticas preservacionistas que unissem os dois núcleos fundantes, mas também pela significação do espaço que se consolidou entre ambos, e conta alguma outra coisa. Acredita-se que uma prática acadêmica mais consciente se realiza pela sensibilização do que é visto hoje e de como isso nos convoca a identificar o espaço como produto de intenções historicamente traçadas, ou não.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Aníbal. Rua 13 de Junho. In: SIQUEIRA, Elisabeth [et al.] (Org.). **Cuiabá: de vila a metrópole nascente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2006, p. 134-143.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

CARSALADE, Flávio L. Dualidades patrimoniais, **Oculum ensaios**, Campinas, 14(2), 203-216, Maio-Agosto 2017, Dossiê.

CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1, 2017, Cuiabá. **A quantas andam nossas políticas públicas de (des)valorização do patrimônio cultural material em Cuiabá/MT?**. Cuiabá, 03 a 07 de out. de 2017.

CONTE, Claudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinícius de Lamônica. **Centro Histórico de Cuiabá: Patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 18, 2019, Natal. **Como (não) garantir o**

PENSAR FORA DO EIXO

direito à cidade: políticas públicas e vazios urbanos em Cuiabá/MT. Anais. Natal: EDUFRN, 2019.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Lobato; HIRATA, Amélia. Entre práticas e reflexões: uma leitura sobre o Centro Histórico de Cuiabá a partir de políticas de preservação. **Revista Eletrônica Documento Monumento**. Cuiabá, v.25, n.1, p.149-165, abr. 2019.

FREIRE, Júlio de Lamônica. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREITAS, Maria Auxiliadora. **Cuiabá imagens da cidade:** Dos primeiros registros à década de 1960. Cuiabá, Editora Entrelinhas, 2011.

GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovannoni:** textos escolhidos. KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GUIMARÃES, Maria Bárbara Thame. **A saga da preservação do patrimônio urbano de Cuiabá/MT:** políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação. 2023. 229 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2023.

IPHAN. 9ª CR Antônio Luiz Dias de Andrade. Of. nº103/97-9ªCR/IPHAN/SP. História do Iphan, legislação que rege o órgão e sua organização, definição de patrimônio arquitetônico. São Paulo, 1997.

IPHAN. Instrução normativa do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá. Cuiabá, 1994. Arquivo Iphan/MT.

IPHAN. Processo de tombamento nº 1180-T-85. Conjunto Arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá, Mato Grosso. Arquivo central do Iphan, seção Rio de Janeiro.

IPHAN, Programa de Especialização do. **Cronologia e Bibliografia das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural**, 2007.

IPHAN, Programa de Especialização do. **Entornos de Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

MENDONÇA, Rubens de. **Roteiro histórico e sentimental da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**. Cuiabá, Edições Igrejinha, 1975.

MENDONÇA, Rubens. **Ruas de Cuiabá**. Goiânia: Ed. Cinco de Março, 1969.

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: História e Patrimônio, Brasília, v. 34, p. 249-279, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

REZZIERI, Raphaela. A constituição Política do Imaginário Cuiabano (1970-1990). **Revista Eletrônica Documento Monumento**. Cuiabá, v.25, n.1, p.269-281, abr. 2019.



PENSAR FORA DO EIXO

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 232p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUSA, Melissa de Araujo; CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira; RIBEIRO, Ana Amélia de Paula Moura. A rua em fragmentos: sobreposições temporais como narrativas históricas espacializadas em Cuiabá (MT) Brasil. **Revista Jatobá**, Goiânia, v. 6, 2024.

SOUSA, Melissa de Araujo; CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira; RIBEIRO, Ana Amélia de Paula Moura. Intervenções modernizantes no centro de Cuiabá: espaços urbanos em transformação. **Caderno de resumos do V Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia**, Manaus: EDUA, 2024, 192 p.

UNESCO. **Recomendação de Nairóbi**. Quênia: UNESCO, 1976.